

Os alunos polivalentes escasseiam

Numa economia que cada vez se baseia mais no conhecimento, o capital intelectual converte-se num bem apreciado pelas empresas. Sobretudo naqueles países com poucos trabalhadores qualificados. Neste contexto, onde a concorrência pelo talento vai disparar, os responsáveis pelos testes PISA recomendam aos países da OCDE que se esforcem por aumentar o número de estudantes que se destaquem, simultaneamente, na compreensão da leitura, na matemática e nas ciências.

Tal como há desportistas que podem jogar bem em qualquer posição do campo, a OCDE quer que haja mais estudantes polivalentes. Destacar-se em todas as matérias importantes não é frequente. É o que se depreende da análise “Who are the academic all-rounders?”, referente aos alunos que alcançam os dois graus mais elevados nas três competências que são avaliadas pelo PISA.

Segundo os dados do PISA 2009, 16,3% dos estudantes de 15 anos dos países da OCDE conseguem a pontuação máxima em, pelo menos, uma das três competências, mas somente 4,1% nas três. Na média da OCDE, há mais raparigas polivalentes do que rapazes (4,4% e 3,8%).

Em relação aos alunos com nível de excelência, Portugal foi 35º em 65 países, na classificação global das 3 matérias.

Em Xangai e Singapura é onde há mais estudantes deste tipo: 14,6% e 12,3% do total dos seus alunos, respetivamente. Seguem-se Nova Zelândia, Finlândia, Hong Kong, Japão e Austrália, com percentagens que vão de 10% a 8%. A Espanha tem uns escassos 1,3% de alunos excelentes. Chile, México, Turquia e outros 21 países têm menos de 1%.

Um dado interessante é que entre os países que obtêm pontuações globais similares no PISA, não existe a mesma percentagem de alunos brilhantes. Isto também se observa nos primeiros lugares da tabela. Por exemplo: Singapura e Coreia do Sul têm resultados muito parecidos em leitura, matemática e ciências. Mas 12% dos alunos de Singapura são polivalentes, contra 7% da Coreia do Sul.

Há países com uma percentagem elevada de alunos brilhantes nalguma das áreas, mas que não conseguem destacar-se nas três em simultâneo. É o que acontece na Suíça: 24% dos seus alunos alcançam a pontuação máxima em matemática, mas

somente 10,7% o conseguem em ciências e 8,1% em leitura. De qualquer forma, a Suíça está acima da média da OCDE.

Militares egípcios: de guerreiros a empresários

Desde a sua independência da Grã-Bretanha, o Egito não ganhou propriamente uma guerra. Nos anos 50, os malabarismos de Nasser para tentar vender como vitórias os descalabros do seu exército perante Israel não “colaram”, e as forças armadas dedicaram-se, depois, a fomentar o seu poder como um Estado dentro do Estado e a esquecer um pouco o assunto das batalhas.

Para isso, evidentemente, necessitavam de estabilidade no país. Tiveram-na com Hosni Mubarak, ele próprio um coronel da força aérea, mas quando, em 2011, as multidões saíram para as ruas a dizer basta à corrupção, aos abusos e à miséria que sobressaíram durante as três décadas do “faraó” no poder, o edifício tremeu, e os militares rapidamente assumiram o controlo das coisas: passaram a ser os guardiões da ordem e houve a realização de eleições que deram o poder a Mohammed Mursi, um hierarca dos Irmãos Muçulmanos.

Com esta força político-religiosa, assente no país desde 1928, o exército foi capaz de chegar a uma espécie de “vive e deixa viver”: não seriam incriminados aqueles militares que tivessem cometido atropelos na era Mubarak, e a Constituição, forjada pelos Irmãos Muçulmanos com uma certa essência teocrática, permitiria que o generoso orçamento castrense não passasse pelo escrutínio parlamentar. Com isto adquirido, só restava governar.

No entanto, a incapacidade do governo de Mursi de fazer erguer a golpeada economia, assim como a tentativa de consagrar um poder islamita não partilhado, forçou de novo os cidadãos a mostrar o seu descontentamento e a lançar um ultimato. O exército teria novamente a “sagrada missão” de salvaguardar a ordem e de “convidar” um presidente a ir-se embora.

Já a presença de Mursi num comício de islamitas radicais, no qual fez um chamamento à *jihad* (guerra santa) na Síria, tinha enchido o copo: o que faltava ao exército egípcio era ter de

lidar, no interior do país, com fanáticos que regressavam inflamados de uma guerra. Assim, e como na equação dos militares a variante chave é a estabilidade interna, tomaram publicamente a batuta, embora não por muito tempo: ser a autoridade visível, desgasta.

Durante o ano em que os militares estiveram à frente do país, depois da queda de Mubarak, o dedo acusador da população pela deplorável situação económica dirigiu-se para eles (“você dirigem, você respondem”). Por isso, agora, embora nos bastidores movam os cordelinhos da política como o fizeram durante décadas, presumivelmente vão querer sair rapidamente de cena, pelo que deixaram na ponte de comando um magistrado de baixo perfil, não queimado na arena política, para que assumo o leme.

“Os chefes militares egípcios não estão ideologicamente comprometidos nem com uma coisa nem com outra”, afirma Steven A. Cook, especialista em temas do Médio Oriente do Conselho de Relações Externas dos EUA, citado pelo “The New York Times”. “Apenas acreditam na manutenção do seu lugar na ordem política (...). Estão dispostos a fazer um arranjo praticamente seja com quem for”, acrescenta.

Além de manter a paz na fronteira israelita e assegurar que nada interrompa a navegação pelo Canal do Suez, pouca coisa tem para fazer no plano militar este exército de 468.000 efetivos, ao qual o país destina um orçamento superior a 4.000 milhões de dólares, e que recebe 1.400 milhões como presente dos EUA devido ao seu bom comportamento com o vizinho Estado judeu. De facto, a tecnologia bélica é basicamente norte-americana, tendo deixado de lado o armamento, antes fornecido por Paris e Moscovo.

Com tanto “tempo livre”, o comando castrense dedicou os seus esforços à frente económica. Estima-se que o Exército gere 40% do PIB nacional, que ascende a 537.800 milhões de dólares.

Muito poucos setores escapam à sua sagacidade empresarial. Uma recente crónica de “El Mundo” enumerava, entre as produções que saem das mãos do exército, as botijas de gás, alimentos (numa lista variada que inclui a água mineral, conservas, sumos, azeite de oliveira, o frango, e até as emblemáticas compotas Faraó), os produtos químicos, os de informática e telecomunicações, e ainda os automóveis.

Gerem também restaurantes, hotéis e complexos turísticos em toda a rica geografia do país, salpicada de sítios de enorme interesse natural e, claro, de lugares monumentais que evocam o passado milenar. Fábricas de eletrodomésticos, serviços de limpeza, imobiliárias, etc., fazem parte da bem aceite gestão empresarial dos hierarcas militares.

Deles, das dezenas de milhares de oficiais das altas hierarquias, são além disso as principais regalias, como as promoções de categoria, o acesso a clubes, hotéis e hospitais exclusivos financiados pelo Estado, assim como as facilidades para fazer riqueza através de suculentos contratos com o governo. Tais privilégios de casta repousam, em grande parte,

sobre a mão-de-obra gratuita que representam milhares e milhares de recrutas do serviço militar obrigatório, que trabalham em fábricas militares onde pesa mais a ordem do superior, do que as normas laborais.

Números de todo este empório? Só os que o alto comando considere necessário publicar. No Egito, quem se interessar demasiado pela contabilidade castrense, ou pelas quantias exatas ou aproximadas de toneladas de alimentos produzidos, de quartos de hotel ocupados em determinado período ou de habitações construídas, pode ser rotulado de suspeito e punido severamente.

“Somos disciplinados e temos as armas. É o que há no mercado agora mesmo. Será que existe alguma outra instituição sólida na cena egípcia?”. Foi assim que falou um oficial, na condição de anonimato, a um repórter do “The New York Times”. Mas esta explosão de orgulho deveria ser motivo de tristeza para a sociedade egípcia: que não haja outra instituição mais sólida para lidar com a crise agora, seis décadas depois de ter sido derrubada a monarquia, é sinal de quão longe está o país de ter presente uma sociedade com direitos, deveres e oportunidades.

O exército, embora revele uma aparência de solidez por detrás de tanto armamento sofisticado que se pode observar a rodar pelas ruas, comporta-se como um elefante numa loja de produtos de vidro quando quer impor a “sua” ordem no quadro político. Porque, simplesmente, não é o seu campo de ação.

Um relatório recente da Amnistia Internacional refletia que durante os meses de governo do Conselho Supremo das Forças Armadas, os militares cometeram impunemente graves violações dos direitos humanos contra manifestantes, e as vítimas foram ignoradas. Houve episódios frequentes nos quais o exército utilizou meios letais contra pessoas e em circunstâncias onde essa força não era justificada, e que se saldaram com mortos e feridos.

Segundo o texto, manifestantes coptas, muçulmanos conservadores, mulheres que clamavam pelos seus direitos e uma longa lista de pessoas indignadas com o dececionante rumo da era pós-Mubarak foram vítimas da violência às mãos do exército ou de homens armados vestidos à civil. “O uso generalizado da tortura – incluindo a violência sexual e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes – fez salientar a impunidade de que gozam as forças militares”.

A cereja no topo do bolo é que, nos tribunais militares, foram julgados 15.000 civis, ou mais. Fomentar a democracia, constata-se, não é a sua prioridade.

Definitivamente, o problema não era – ou não era só – Mursi, nem o será o taciturno advogado que ocupou a cadeira presidencial. Um exército que utiliza abertamente a sua força para intimidar a classe política, para a modelar aos seus interesses e para calar os que protestam, não será a garantia de um novo Egito. Até que a sociedade egípcia e os principais aliados externos do país árabe consigam cortar as asas aos

militares, qualquer “revolução” na praça Tahrir continuará a ser cosmética.

A. R.

“The XX Factor”

Autor: Alison Wolf

Profile Books (2013)

Desde os anos 70, uma elite de mulheres, com um elevado nível de estudos, conseguiu subir na sua profissão até aos cargos cimeiros e encurtar distâncias relativamente aos seus companheiros homens. Paralelamente, a distância entre as mulheres ricas e as pobres não deixou de crescer. Por um lado, existe um setor minoritário de mulheres jovens, com bons empregos e a tempo inteiro, que atrasam a procriação dos filhos e atingem o sucesso profissional; por outro, muitas mais mulheres que, frequentemente, trabalham em profissões feminizadas, como assistência social ou no setor das limpezas, ganham pouco e ocupam empregos menos reconhecidos em muitos países ocidentais.

Esta é a conclusão de um livro recém-publicado pela economista inglesa Alison Wolf, intitulado “The XX Factor. How Working Women Are Creating a New Society”.

A mensagem de Wolf causou um certo rebuliço; sem ser uma voz especializada em análise feminista, especializou-se no mercado de trabalho e investigou longo tempo a incidência da educação na trajetória profissional. Na sua opinião, o alargamento da educação influiu mais nas mulheres do que nos homens, mas não de modo homogéneo. “O facto de algumas mulheres terem chegado ao topo, fez disparar a desigualdade de rendimentos”, por exemplo, nos Estados Unidos, onde somente 1% das mulheres duplicaram os seus rendimentos desde 1980. “Enquanto 200.000 em todo o país ganham 250.000 dólares por ano, a média de rendimentos anuais das restantes mulheres é de só 33.000 dólares”, afirma.

Esta disparidade surge apesar dos avanços legislativos e sociais. Há pouco tempo, a União Europeia dava a conhecer que a percentagem de mulheres nos conselhos de administração aumentou para 16,6% graças às medidas tomadas, mas nos países ocidentais mudou pouco o tipo de trabalho de muitas mulheres.

A estas últimas, o processo não as levou a romper as “barreiras de género” no local de trabalho, mas a serem colocadas em postos de trabalho mal pagos e maioritariamente femininos. Como agora muitos dos trabalhos de âmbito doméstico relacionados com os cuidados sociais são confiados a empregados, o trabalho antes invisível de muitas mulheres converteu-se num emprego formal e num cheque no fim do mês. Como exemplo, Wolf refere que contra 100.000 homens contratados para tarefas de limpeza nos lares, há 1,3 milhões de mulheres nos Estados Unidos. “As

feministas dos anos 60 e 70 acreditavam numa espécie de fraternidade entre as mulheres. Mas, em vez disso, temos um mundo em que a elite das mulheres é cada vez mais como os homens, e cada vez menos como as outras mulheres”.

Um dos elementos em que se manifesta esta desigualdade, segundo a autora do livro, é que, em Inglaterra, por exemplo, “muito poucas profissionais qualificadas assumem licenças prolongadas quando nascem os seus filhos, e outras que são licenciadas ou doutoradas, nem colocam essa hipótese”. Adicionalmente, isto contribui de modo direto para a preocupante baixa de natalidade, e demonstra também que a conciliação entre o trabalho e a família não existe nalguns níveis profissionais.

Alison Wolf não acredita que a solução para a crescente desigualdade esteja nas medidas a favor da maternidade adotadas nos países escandinavos. Quando se criaram as redes públicas de creches, centros de dia e residências para pessoas idosas, estes empregos foram ocupados principalmente por mulheres. Daí que, afirma Alison, as mulheres escandinavas é mais provável que trabalhem em profissões feminizadas, e menos provável que trabalhem juntamente com os homens. E, se em cargos de maior remuneração a diferença entre homens e mulheres desaparece, como também sucede na Alemanha, França e Estados Unidos, é porque existem muitas mulheres a trabalhar em empregos de serviço para os que estão mais acima.

Da sua investigação conclui que as políticas mais generosas quanto a licenças por maternidade não fizeram mais do que potenciar esse telhado de vidro para as mulheres, pois fomentam “a depreciação do capital humano”. Quer dizer, ao afastarem-se mais tempo do trabalho, as competências das mulheres ficam antiquadas e as redes de contactos diminuem. Na sua opinião, nem sequer partilhar a baixa por maternidade com o pai contribui para minimizá-lo, pois comprovou-se que quando existe a possibilidade de escolher entre ambos, continua a ser a mulher a que a aplica.

M. A. B.

